

relatório **ICJBrasil**

3º TRIMESTRE / 2011

11

 FUNDÇÃO
GETULIO VARGAS



DIREITOGV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

relatório **ICJ**Brasil

3º TRIMESTRE / 2011

2ª ONDA - ANO 3

SUMÁRIO

Apresentação	03
O ICJBrasil	03
Aspectos Conceituais e Metodológicos	05
Características Gerais da Pesquisa	06
Amostra	06
Determinação do Desenho e Seleção da Amostra	06
Coleta de Dados	08
Regra de Desidentificação dos Informantes	08
Forma de Cálculo do ICJBrasil	08
ICJBrasil 3º Trimestre/2011	11
Confiança nas Instituições	14
Confiança interpessoal	15
Utilização do Poder Judiciário	15
Judiciário e Resolução de Conflitos	17
PROCON	18
Percepção sobre a Justiça Criminal	18
Vitimização	20
Gráficos	23
Notas	36
Equipe	37

Envie seus comentários para: luciana.cunha@fgv.br

APRESENTAÇÃO

Uma questão que afeta profundamente o desenvolvimento econômico e social de um país é a capacidade do Judiciário de se apresentar como uma instância legítima na solução de conflitos que surgem no ambiente social, empresarial e econômico. Uma das formas de se medir essa legitimidade é através das motivações que levam os cidadãos a utilizar (ou não) o Judiciário e a confiar (ou não) nele, em termos de eficiência (celeridade), capacidade de resposta (competência), imparcialidade, honestidade e acesso (facilidade de uso e custos).

No caso brasileiro, a crise no sistema de Justiça não é um fenômeno recente. As pesquisas mostram que, ao menos quanto à eficiência do Judiciário, no que diz respeito ao tempo e à burocratização de seus serviços, a sua legitimidade vem sendo questionada desde o início da década de 1980. De lá para cá, e com maior intensidade a partir de 2000, alguns trabalhos levantaram dados sobre as atividades do Judiciário, como o número de processos novos e em andamento a cada ano. Com a reforma do Judiciário aprovada em dezembro de 2004^[1] e a criação do Conselho Nacional de Justiça em 2005, tivemos alguns avanços na produção e publicação de dados sobre o Judiciário brasileiro, nas suas mais diversas organizações e instâncias. Exemplo disso é o relatório *Justiça em Números*, publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça e disponibilizado em sua página na internet^[2].

Apesar desses avanços, nenhuma dessas informações disponibilizadas mostram dados objetivos sobre a forma pela qual o Judiciário brasileiro aparece como uma instituição confiável em termos de eficiência, imparcialidade e honestidade. Essas informações também não são capazes de indicar as motivações do cidadão na utilização do Judiciário como forma de solução de conflitos.

Partindo da premissa de que essas informações representam uma das formas de indicar a legitimidade do Judiciário e de que essa última afeta de forma definitiva o desenvolvimento do país, o objetivo deste projeto é, através da criação e aplicação do Índice de Confiança na Justiça no Brasil – *ICJBrasil*, retratar sistematicamente a confiança da população no Poder Judiciário.

O ICJBRASIL

Retratar a confiança do cidadão em uma instituição significa identificar se o cidadão acredita que essa instituição cumpre a sua função com qualidade, se faz

isso de forma em que benefícios de sua atuação sejam maiores que os seus custos e se essa instituição é levada em conta no dia-a-dia do cidadão comum.

Nesse sentido, o *ICJBrasil* é composto por dois subíndices: (i) um subíndice de percepção, pelo qual é medida a opinião da população sobre a Justiça e a forma como ela presta o serviço público; e (ii) um subíndice de comportamento, por meio do qual procuramos identificar a atitude da população, se ela recorre ao Judiciário para solucionar determinados conflitos ou não.

O subíndice de percepção é produzido a partir de um conjunto de oito perguntas nas quais o entrevistado deve emitir sua opinião sobre o Judiciário no que diz respeito (i) à confiança, (ii) à rapidez na solução dos conflitos, (iii) aos custos do acesso, (iv) à facilidade no acesso, (v) à independência política, (vi) à honestidade, (vii) à capacidade para solucionar os conflitos levados a sua apreciação, e (viii) ao panorama dos últimos 5 anos.

Para a produção do subíndice de comportamento, foram construídas seis situações diferentes e pede-se ao entrevistado que diga, diante de cada uma delas, qual a chance de procurar o Judiciário para solucionar o conflito. As respostas possíveis para essas perguntas são: (i) não; (ii) dificilmente; (iii) possivelmente; (iv) sim, com certeza.

As situações hipotéticas foram construídas com o objetivo de procurar relacionar conflitos nos quais a população dos centros urbanos pode se envolver e que podem suscitar processos na Justiça Comum, deixando de fora as questões relativas à área penal, quando as pessoas envolvidas nem sempre têm liberdade de decidir se procuram ou não o Judiciário. Assim foram elaborados casos envolvendo: direito do consumidor, direito de família, direito de vizinhança, direito do trabalho, um caso envolvendo o Poder Público e um caso relativo à prestação de serviço. Também houve um esforço para criar situações nas quais pessoas com rendas diferentes pudessem se envolver e situações em que os entrevistados ocupassem posições diferentes nos diversos conflitos. Assim, por exemplo, em uma das situações o entrevistado é o consumidor, sendo a parte mais fraca no conflito e em outra situação o entrevistado é o contratante na relação de prestação de serviço, sendo a parte mais forte.

Com o objetivo de produzir uma medida de acesso à Justiça os resultados apresentados no cálculo do *ICJBrasil* são acompanhados por questões sobre a efetiva utilização do Poder Judiciário pela população. Essa medida de acesso foi levantada da seguinte forma: primeiro perguntamos se o entrevistado ou alguém que resida em seu domicílio já utilizou o Poder Judiciário como autores de uma ação. Aos que

responderam positivamente, perguntamos o motivo que os levaram ao Judiciário e o grau de satisfação com o serviço recebido. Indagamos também sobre o eventual contato do entrevistado com o Poder Judiciário como demandado em algum processo ou ação.

Depois listamos três situações comuns de conflito^[3] que podem levar a população a procurar o Judiciário e com base nestas situações perguntamos: 1) se o entrevistado já passou por uma situação similar às listadas e 2) tendo passado por essa situação, se procurou ou não o Poder Judiciário. Aos que vivenciaram a situação e não buscaram o Poder Judiciário, perguntamos quais as razões que justificaram a não ida ao Judiciário.

Os entrevistados também foram questionados sobre a possibilidade de utilização de meios alternativos de resolução de conflitos, bem como sobre o seu conhecimento a respeito dos serviços do PROCON e de qual é o seu grau de satisfação em relação a eles.

No terceiro trimestre de 2011, com o intuito de identificar a confiança interpessoal da população brasileira, os entrevistados foram questionados sobre a confiança que depositam em determinados grupos de pessoas, como amigos, vizinhos, familiares, colegas de trabalho e as pessoas em geral. Ainda no sentido de conhecer mais sobre o perfil da população brasileira, perguntamos aos entrevistados se eles se consideram pertencentes a uma religião e, em caso positivo, qual seria ela.

No que diz respeito à atuação do Judiciário, perguntamos qual a percepção dos entrevistados sobre a atuação dos juízes e tribunais na área criminal, no que diz respeito à aplicação e severidade das penas, à imparcialidade e à sensação de impunidade.

Por fim, esta onda incluiu uma pesquisa de vitimização que tem por objetivo avaliar se os entrevistados foram vítimas de determinados tipos de crimes nos últimos doze meses; e, em caso positivo, se procuraram a polícia para dar queixa.

ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

As pesquisas de percepção podem ser realizadas por meio de sondagens de tendência. As sondagens de tendência são levantamentos estatísticos que geram informações utilizadas no monitoramento da situação corrente e na antecipação de eventos futuros. Um dos principais atributos deste tipo de pesquisa é a rapidez com que os dados são pesquisados, processados e divulgados. A combinação de qualidades como tempestividade e capacidade de antecipação fizeram com que as sondagens

de tendência setorial, a partir da década de 1990, passassem a compor o sistema de estatísticas básicas requeridas pela Comunidade Européia aos países-membros.

Na linha das sondagens de tendência, o *ICJBrasil* é um levantamento estatístico trimestral de natureza qualitativa, realizado nas regiões metropolitanas e no interior de seis Estados do país e do Distrito Federal com base em amostra representativa da população.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA

A pesquisa abrange dois tipos de quesitos:

Natureza qualitativa: relativo à avaliação do Judiciário como instituição.

Dados básicos: relativos às informações pessoais do entrevistado (idade, renda familiar, gênero, escolaridade, profissão/ocupação, nº de pessoas residentes no domicílio), coletadas para fins de análise desagregada dos resultados.

AMOSTRA

A população alvo da pesquisa é composta pela população de grandes capitais brasileiras, suas regiões metropolitanas e o interior dos Estados.

A amostra é distribuída pelos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, e pelo Distrito Federal, que juntos representam aproximadamente 60% da população brasileira, segundo dados do Censo de 2000 do IBGE.

O tamanho da amostra foi determinado pelo número de habitantes em cada Estado e no Distrito Federal. O informante é um indivíduo que representa o domicílio sorteado, de qualquer gênero (masculino ou feminino) e que possua 18 anos de idade ou mais.

O desenho da amostra foi calculado de modo a ter intervalo de confiança de 95% e erro amostral absoluto de 2,5%, configurando o tamanho de 1.550 informantes para representação do Brasil.

DETERMINAÇÃO DO DESENHO E SELEÇÃO DA AMOSTRA

O tipo de amostra a ser utilizado em uma pesquisa depende, fundamentalmente,

do conhecimento *a priori* que se tem da população alvo. Quanto mais detalhado for este conhecimento, mais fácil e preciso se torna o trabalho de selecionar uma amostra efetivamente representativa desta população.

Na determinação de uma amostra o conceito estatístico de representatividade populacional deve ser sempre perseguido. Este conceito consiste em que a amostra contenha todos os estratos da população e na mesma proporção da população. Ou seja, as frações ou proporções dos estratos amostrais devem ser iguais às frações ou proporções dos estratos populacionais, garantindo a representatividade.

No caso do *ICJBrasil* foi utilizada a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – do IBGE), referente ao exercício de 2007, como fonte de dados na determinação da estratificação da população alvo por faixas de renda e Estados de interesse, assim como dados do último CENSO (2001).

O tamanho final da amostra foi determinado pelo perfil da população de acordo com estatísticas oficiais. O quadro 1, a seguir, mostra a distribuição de entrevistas por Estado.

Além da estratificação pelo tamanho da população, o desenho amostral leva em consideração a distribuição da população por gênero (masculino e feminino), renda domiciliar (1. Até 2SM; 2. Mais de 2SM até 4SM; 3. Mais de 4SM até 12SM; 4. Mais de 12SM), escolaridade (1. Baixa - até colegial incompleto; 2. Média - Colegial completo a universitário incompleto; 3. Alta - universitário completo ou mais), idade (1. 18 a 34 anos; 2. 35 a 59 anos; 3. 60 anos ou mais) e condição econômica (população economicamente ativa ou não).

O informante é ponderado de acordo com estas variáveis de estratificação.

QUADRO 1:

DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS DE ACORDO COM A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO

UF	POPULAÇÃO	AMOSTRA
SÃO PAULO	37.035.456	562
MINAS GERAIS	17.905.134	272
RIO DE JANEIRO	14.392.106	217
BAHIA	13.085.769	200
RIO GRANDE DO SUL	10.187.842	154
PERNAMBUCO	7.929.154	120
DISTRITO FEDERAL	2.051.146	33
RM	49.844.240	385
INTERIOR	52.742.366	1.173
TOTAL GERAL	102.586.606	1.558

No primeiro ano da pesquisa, incluindo o primeiro trimestre de 2010, o painel de informantes foi mantido fixo, sendo substituídos trimestralmente os casos de desistência espontânea por parte do informante. A partir do segundo ano, a amostra não seguiu mais o critério de painel e sim o critério de sorteio de números telefônicos – sendo 90% dos números discados fixos e 10% móveis. Agora, no terceiro ano, voltamos ao formato de painel, entrevistando os mesmos respondentes entrevistados na segunda onda do segundo ano, tomando o cuidado para substituir trimestralmente os casos de desistência espontânea por parte do informante a partir da seleção de respondentes com o mesmo perfil de escolaridade e de idade do respondente que perdemos.

COLETA DE DADOS

Na coleta de dados, as informações são obtidas através de contato telefônico durante o período de três meses. As respostas dos questionários são preenchidas em ambiente *web* pelo pesquisador da DIREITO GV e carregadas para importação em sistema próprio de cálculo e apuração dos resultados.

REGRA DE DESIDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTES

Com o intuito de assegurar o sigilo das informações prestadas durante a realização deste tipo de pesquisa, a DIREITO GV adota regras de desidentificação dos respondentes, de modo a evitar a individualização do informante.

FORMA DE CÁLCULO DO ICJBRASIL

As perguntas que formam o questionário do *ICJBrasil* têm quatro ou cinco respostas. Identifica-se cada resposta atribuindo-se a ela um indexador n , que também corresponderá a um valor atribuído àquela resposta. Assim sendo, à primeira resposta, ou seja, à resposta 0 atribui-se o valor 0. À última resposta atribui-se o valor *máx*, que pode ser 3 ou 4, dependendo se a questão tem quatro ou cinco respostas. Consequentemente $n = 0, 1, 2, 3$ ou $n = 0, 1, 2, 3, 4$. Por exemplo, às respostas (i) nada confiável, (ii) pouco confiável, (iii) confiável, (iv) muito confiável, atribuem-se respectivamente, os valores 0, 1, 2 e 3. Essa metodologia de atribuição de valores cardinais tem a vantagem de ser simples e direta para aferir a resposta numérica das pessoas. Tem

a desvantagem de, implicitamente, assumir que a diferença entre as respostas é igual, o que pode não ser verdade, já que se trata de respostas ordinais.

A resposta n da questão q é chamada de n_q . O valor que se atribui a n_q é n , ficando claro que $\text{valor}(n_q) = n$. Por exemplo, a resposta 0 (ou primeira resposta) da questão $q = 2$ é 0, ou seja, $\text{valor}(0_2) = 0$.

Em seguida, os valores são ponderados de acordo com a proporção de pessoas que escolheram aquela resposta. A proporção de pessoas que escolheu a resposta n da questão q é indexada pela variável w_{n_q} . Com isso, obtém-se o primeiro valor intermediário refletindo a nota média de cada questão, escalonada entre 0 e $máx$, cuja fórmula é a seguinte: $média_q = \sum_{n_q=0}^{\max} n_q w_{n_q}$, onde, $média_q$ é a nota média obtida na questão q .

Note que a média da questão tem um valor mínimo de zero, quando $w_{0_q} = 1$, e um valor máximo igual a $máx$, quando $w_{máx_q} = 1$.

Como o número $máx$ pode diferir entre as questões, é preciso torná-las comparáveis por algum processo de normalização. O processo escolhido foi escalonar a $média_q$ entre 0 e 10. Para isso, calcula-se a nota normalizada da questão q , nn_q , da seguinte forma: $nn_q = \frac{média_q}{máx_q} \times 10$

Dado que a $média_q$ fica entre 0 e $máx_q$, então é fácil concluir que nn_q fica entre 0 e 10.

Em seguida, calculam-se os subíndices de percepção e de comportamento, de acordo com o número de questões respondidas em cada bloco, sendo que cada uma das questões tem o mesmo peso. O subíndice de percepção, ICJ_p , é dado considerando as questões restritas à percepção, nn_q :

$$ICJ_p = \frac{\sum_{q \in p} nn_q}{9}.$$

Semelhantemente se faz para a medição do subíndice de comportamento. Para isso, calcula-se o subíndice de comportamento, ICJ_c , restringindo-se nn_q às respostas correspondentes à solução de conflitos:

$$ICJ_c = \frac{\sum_{q \in c} nn_q}{6}.$$

Finalmente, o *ICJBrasil* é obtido pela média ponderada de ambos os índices, sendo 70% para o índice de percepção e 30% para o índice de comportamento. Cada questão tem o mesmo peso individual dentro do subíndice. Portanto, o *ICJ-Brasil* é dado por: $ICJ_{\text{Brasil}} = 0,7 \times ICJ_p + 0,3 \times ICJ_c$.

Há, na prática, vários esquemas possíveis de ponderação, mas que alteram muito pouco os resultados qualitativos, segundo estudos preliminares. A escolha desses pesos reflete aproximadamente o número de questões de cada subíndice. Além disso, se houver necessidade, no futuro, de aumentar o número de questões, o esquema de ponderação fixo não alterará a composição do índice como um todo.

ICJBRASIL: 3º TRIMESTRE/2011

Os dados apresentados nesse relatório correspondem à coleta realizada no terceiro trimestre de 2011.

Nos meses de julho, agosto e setembro de 2011, foram entrevistadas 1.558 pessoas distribuídas por seis Estados e o Distrito Federal: São Paulo (562), Minas Gerais (272), Rio de Janeiro (217), Bahia (200), Rio Grande do Sul (154), Pernambuco (120) e Distrito Federal (33).^[4]

O *ICJBrasil* para o terceiro trimestre de 2011 é de **5,6 pontos**. O subíndice de comportamento é de **8,6 pontos** e o subíndice de percepção é de **4,3 pontos**.

Esses resultados são os mesmos identificados no trimestre anterior, que inaugurou o terceiro ano da pesquisa.

No que diz respeito aos Estados, os entrevistados do Rio Grande do Sul são os que mais declararam confiar na Justiça, revelando o maior índice de confiança na Justiça para o período (5,7). Na sequência, estão os entrevistados residentes no Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, que apresentaram índice de confiança de 5,6, seguidos de perto por São Paulo e Bahia, que apresentaram o terceiro maior índice de confiança na Justiça (5,5). O Distrito Federal, diferentemente do trimestre anterior, apresentou o menor índice de confiança na Justiça, que chegou a 5,3 pontos.

Os Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco apresentaram o maior subíndice de percepção (4,5), enquanto o menor subíndice de percepção foi detectado no Distrito Federal (4,1). Já o maior subíndice de comportamento foi revelado pelos entrevistados residentes no Rio de Janeiro (8,8), em contraposição aos entrevistados do Distrito Federal, com menor subíndice de comportamento (8,0).

: **VER GRÁFICO 01** [pp. 23]

Com relação à idade, nota-se que quanto mais jovens são os entrevistados, melhor é a avaliação do Poder Judiciário, confirmando a tendência verificada nos trimestres anteriores. Os entrevistados mais jovens, com idade entre 18 e 34 anos, apresentaram o maior índice de confiança (5,7), enquanto os entrevistados com mais de 60 anos apresentaram o menor índice de confiança (5,4). O que produz essa diferença é a avaliação dos serviços prestados pelo Judiciário, que compõe o subíndice de percepção, o qual também é maior para os mais jovens (4,4) em contraposição ao subíndice apresentado pelos entrevistados com mais de 60 anos (4,2). De forma semelhante, os entrevistados mais jovens apresentaram maior subíndice

de comportamento (8,8), mostrando-se mais dispostos a recorrer ao Judiciário para resolver os seus conflitos do que os entrevistados com mais de 60 anos, que apresentaram o menor subíndice de comportamento (8,2).

: **VER GRÁFICO 02** [pp. 23]

Com relação à renda, os entrevistados que se enquadram na terceira maior faixa de renda (de R\$2.040,01 a R\$ 6.120,00) são os que avaliaram melhor o Judiciário, apresentando um índice de confiança de 5,7 pontos, enquanto os entrevistados da menor faixa de renda (que recebem até R\$ 1.020,00) apresentaram um índice de confiança de 5,0 pontos. Tal resultado reflete os valores dos subíndices de percepção e de comportamento apresentados por esses entrevistados. Os entrevistados de maior renda apresentaram subíndice de percepção de 4,4, em contraposição aos 3,9, identificados entre os entrevistados de menor faixa de renda. O maior subíndice de comportamento também foi revelado pelos respondentes que pertencem a terceira maior faixa de renda, enquanto os respondentes mais pobres mostraram-se menos dispostos a ingressar no Judiciário, apresentando o menor subíndice de comportamento (7,4).

: **VER GRÁFICO 03** [pp. 24]

Quanto à escolaridade, os entrevistados de escolaridade média (colegial completo até universitário incompleto) e alta (universitário completo) são os que avaliaram melhor o Judiciário neste terceiro trimestre de 2011, apresentando o maior índice de confiança na Justiça (5,6). Esses resultados refletem a disposição dos entrevistados em recorrer ao Judiciário para solucionar os seus conflitos, aspecto que compõe o subíndice de comportamento. Para os entrevistados de escolaridade média a alta, este subíndice foi de 8,8, enquanto que para os entrevistados de escolaridade baixa, o subíndice de comportamento chegou a 8,3. Não houve diferença entre os subíndices de percepção apresentados pelos entrevistados, uma vez que todos são de 4,3 pontos.

: **VER GRÁFICO 04** [pp. 24]

No terceiro trimestre de 2011, o maior índice de confiança na Justiça foi identificado entre os entrevistados que já utilizaram o Judiciário (5,6). Já os entrevistados que nunca participaram de um processo judicial apresentaram índice de 5,5 pontos. Essa diferença reflete os resultados do subíndice de comportamento apresentados pelos respondentes, visto que os que já utilizaram a Justiça mostraram-se

mais dispostos a recorrer novamente ao Judiciário para solucionar os seus conflitos (8,7), se comparados aos entrevistados que nunca participaram de uma ação judicial (que apresentaram subíndice de 8,4 pontos).

: **VER GRÁFICO 05** [pp. 25]

Os dados do terceiro trimestre de 2011 seguem a tendência, já identificada nos trimestres anteriores, de má avaliação do Judiciário como prestador de serviços públicos. Para 89% dos entrevistados o Judiciário é moroso, resolvendo os conflitos de forma lenta ou muito lentamente. Além disso, 87% disseram que os custos para acessar o Judiciário são altos ou muito altos e 72% dos entrevistados acreditam que o Judiciário é difícil ou muito difícil para utilizar.

Outros três problemas apontados pelos entrevistados são a falta de honestidade (68% dos entrevistados consideram o Judiciário nada ou pouco honesto), a parcialidade (65% dos entrevistados acreditam que o Judiciário é nada ou pouco independente) e a falta de competência para solucionar os casos (57% da população entrevistada classificam o Judiciário como nada ou pouco competente).

Não obstante a má percepção sobre o Judiciário, nas perguntas sobre comportamento, a maioria dos entrevistados declarou que “certamente” procuraria o Judiciário para resolver eventuais conflitos. A partir do relato de seis situações hipotéticas, os entrevistados responderam se ingressariam ou não no Judiciário para resolver os litígios mencionados, caso passassem por essas situações.

Nos casos envolvendo direito do consumidor, 94% dos entrevistados disseram que se adquirissem um produto com defeito e o fornecedor não o reparassem iriam ao Judiciário para solucionar o conflito. Os casos que compreendem relações com o Poder Público aparecem em segundo lugar, com 93% dos entrevistados dizendo que iriam buscar o Judiciário para solucionar, por exemplo, danos causados a sua residência em decorrência de obras realizadas pelo Estado (como obras de saneamento, asfaltamento, etc.). Em terceiro lugar estão os litígios envolvendo direito de família, com 89% dos entrevistados afirmando que buscariam o Judiciário para solucionar esse tipo de conflito. Os conflitos envolvendo relações de trabalho aparecem em quarto lugar, com 87%; e os litígios derivados das relações de vizinhança estão na quinta posição, com 86%.

As situações que menos levariam o brasileiro a acionar o Poder Judiciário são os casos envolvendo prestação de serviço, como a prestação de serviços médicos, por exemplo. Mas, mesmo sendo esse litígio o que menos levaria os entrevistados

ao Judiciário dentre as situações perguntadas, ainda assim 85% deles declararam que buscariam solucionar esses casos na Justiça.

: **VER GRÁFICO 06** [pp. 25]

CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

No que diz respeito à mensuração da confiança da população nas instituições, é preciso atentar para a adoção de duas mudanças na aplicação do questionário a partir do início do terceiro ano do *ICJBrasil*. A primeira foi a inserção do Ministério Público na lista de instituições avaliadas. A segunda, a mudança de posição da pergunta sobre a confiança no Poder Judiciário. Até aqui vínhamos avaliando a percepção dos entrevistados sobre a confiança no Judiciário de forma isolada. Perguntávamos logo no início do *survey* “De forma geral, o Sr(a) acha que o Judiciário brasileiro é uma instituição muito confiável, confiável, pouco confiável ou nada confiável?”. E apenas ao final do questionário perguntávamos sobre as demais instituições. A partir do terceiro ano contextualizamos o Poder Judiciário junto às outras instituições. Sabemos, pelos estudos metodológicos de *survey*, que a alteração na ordem das questões geralmente impacta nos resultados, mas optamos por testar essa mudança uma vez que a avaliação dos entrevistados das instituições deve ser analisada de forma comparada, ou seja, o entrevistado deve avaliar o Poder Judiciário juntamente com as demais instituições.

Na declaração espontânea sobre o quanto os entrevistados confiam no Poder Judiciário, o percentual de confiança aumentou se comparado aos dois últimos trimestres, passando de 34% para 47% a quantidade de entrevistados que responderam que o Judiciário é confiável ou muito confiável – o que pode ser explicado pela mudança na coleta dos dados.

Além da mudança na posição da pergunta, mudamos também a amostra, ou seja, grande parte dos entrevistados nesta onda já conhecia a pesquisa, tendo sido entrevistados no ano anterior, o que pode ter provocado algum efeito também na forma pela qual eles avaliam as instituições, pois podem ter passado a pensar mais sobre elas.

Comparando-se a confiabilidade no Poder Judiciário com a confiabilidade nas outras instituições, os resultados refletiram as mudanças de metodologia descritas acima, não apresentando diferenças significativas com relação ao trimestre anteriores. Neste terceiro trimestre de 2011, o Judiciário foi considerado a quarta

instituição mais confiável, ficando atrás apenas das Forças Armadas, da Igreja Católica e do Ministério Público. Assim como no segundo trimestre de 2011, o judiciário aparece como instituição mais confiável do que os Partidos Políticos, o Congresso Nacional, a Polícia, as emissoras de TV, o Governo Federal, as grandes empresas e a imprensa escrita.

: [VER GRÁFICO 07](#) [pp. 26]

CONFIANÇA INTERPESSOAL

Com o objetivo de identificar a confiança interpessoal da população brasileira, os entrevistados foram questionados sobre a confiança que depositam em determinados grupos de pessoas, como amigos, vizinhos, familiares, colegas de trabalho e as pessoas em geral. A maior parte dos brasileiros confia na sua família, tendo em vista que 87% dos entrevistados responderam que confiam ou confiam muito em seus familiares. Em segundo lugar, aparecem os amigos, seguidos pelos colegas de trabalho e os vizinhos. E apenas poucas pessoas afirmaram que confiam ou confiam muito nas pessoas em geral.

: [VER GRÁFICO 08](#) [pp. 26]

UTILIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Quando perguntamos aos entrevistados se já utilizaram o Poder Judiciário, 52% deles responderam que sim.

Os dados revelam que há uma relação da utilização do Judiciário com a escolaridade e a idade. Quanto maior a escolaridade e menor a idade, maior é a utilização do Judiciário. Além disso, os entrevistados do Rio de Janeiro são os que em maior quantidade declararam já terem utilizado o Judiciário, seguidos pelos entrevistados do Rio Grande do Sul.

: [VER GRÁFICO 09](#) [pp. 27]

A maioria das ações judiciais mencionada pelos entrevistados é recente: 61% datam entre 2007 e 2010, 25% foram ajuizadas entre 2000 e 2006 e apenas 14% são anteriores a 2000.

Quando perguntamos aos entrevistados em qual esfera do Judiciário eles propuseram a ação, 53% responderam que ingressaram com ação na Justiça Comum;

33% afirmaram que foram à Justiça do Trabalho, enquanto 9% propuseram ação judicial nos Juizados Especiais.

Mas o que leva os brasileiros a utilizarem a Justiça? A principal motivação do uso do Judiciário pelos entrevistados está relacionada aos conflitos derivados das relações trabalhistas (demissão, indenização, pagamento de horas extra etc.), seguida de questões envolvendo direito do consumidor (cobrança indevida, cartão de crédito, produtos com defeito etc.) e direito de família (divórcio, pensão, guarda de menores, inventário etc.). Esses resultados seguem a tendência identificada nos trimestres anteriores, segundo a qual os problemas decorrentes das relações de trabalho representam o principal motivo que levou os entrevistados a procurarem a Justiça, ultrapassando os conflitos envolvendo as relações de consumo.

: **VER GRÁFICO 10** [pp. 27]

Quanto à resposta do Judiciário, dos entrevistados que declararam já ter acessado a Justiça, 50% afirmaram que o seu problema foi resolvido em seu favor, uma vez que ganharam a ação judicial; 9% informaram que perderam a ação judicial e aproximadamente 41% dos entrevistados disseram que a ação ainda não foi julgada.

: **VER GRÁFICO 11** [pp. 28]

Ainda no que concerne ao acesso e à utilização do Poder Judiciário pelos entrevistados, 67% dos entrevistados disseram que eles ou alguém residente em seu domicílio já consultaram um advogado. Como era de se esperar, o acesso a estes profissionais é maior quanto maior for a renda e quanto mais alto for o grau de escolaridade da população.

: **VER GRÁFICO 12** [pp. 28]

Com relação ao tipo de advogado consultado, 93% afirmaram que tiveram acesso a profissionais particulares. E somente 7% consultaram a Defensoria Pública.

A partir do quarto trimestre de 2010, perguntamos aos entrevistados se eles ou se alguém residente em seu domicílio já foram demandados em algum processo judicial. Do total de entrevistados, cerca de 10% declararam que sim. Assim como no trimestre anterior, os entrevistados com maior renda e com maior grau de escolaridade são os que em maior quantidade afirmam já terem sido demandados em processos judiciais.

: **VER GRÁFICO 13** [pp. 29]

JUDICIÁRIO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Além de mensurar a utilização do Poder Judiciário, o levantamento procurou identificar a expressão de algumas situações de conflito possíveis de serem vivenciadas pela população, tais como conflitos decorrentes de relação de trabalho (perda do emprego sem pagamento de indenização devida), conflitos envolvendo relação de consumo (cobrança indevida) e acidente de trânsito.

O resultado indica que 21% dos entrevistados já receberam uma cobrança indevida, 15% vivenciaram conflitos trabalhistas e 10% já se envolveram em acidente de trânsito. Desse total, 59% procuraram a Justiça para resolver a questão.

Quem mais procurou a Justiça ao se deparar com estes tipos de conflitos foram os entrevistados com maior renda, com maior grau de escolaridade e os mais jovens.

: [VER GRÁFICO 14 \[pp. 29\]](#)

Para aqueles que não acionaram o Judiciário para solucionar esses tipos de conflitos, o argumento mais frequente está relacionado aos aspectos da administração da justiça, visto que 57% dos entrevistados que enfrentaram algum dos conflitos indicados acima e não procuraram o Judiciário, não o fizeram por julgarem que a resolução do problema demoraria muito, que seria caro ou porque não confiavam no Judiciário para a solução dos conflitos. Outros 11% declararam que não ingressaram no Judiciário por falta de argumentos.

: [VER GRÁFICO 15 \[pp. 30\]](#)

Ao final do conjunto de questões sobre o Judiciário e a resolução de conflitos, perguntamos aos entrevistados se, na hipótese de enfrentarem algum tipo de conflito que pudesse ser resolvido na Justiça, eles aceitariam tentar um acordo reconhecido pelo Judiciário, mas decidido por outra pessoa que não um juiz. No terceiro trimestre de 2011, 69% dos entrevistados responderam positivamente à questão, declarando que aceitariam procurar solucionar o seu conflito por meios alternativos.

Quem mais se mostrou disposto a realizar acordos extrajudiciais foram os entrevistados com maior renda, com maior grau de escolaridade e os respondentes mais jovens.

: [VER GRÁFICO 16 \[pp. 30\]](#)

PROCON

Além dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos em geral, há uma instância administrativa para a solução de conflitos relativos ao direito do consumidor: é a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor ou PROCON. Essa instituição é conhecida da quase totalidade dos entrevistados (95%).

Apesar de bastante conhecido, o PROCON não é muito utilizado – apenas 19% dos entrevistados declararam já ter utilizado seus serviços. Quanto mais alta a escolaridade e maior a renda, maior a sua utilização. Os moradores das capitais e regiões metropolitanas também utilizam mais o serviço do que os moradores do interior.

: [VER GRÁFICO 17](#) [pp. 31]

A maioria dos entrevistados que utilizaram o PROCON (65%) declarou ter conseguido solucionar o seu problema por meio desta instituição. E a avaliação do serviço recebido é extremamente positiva, uma vez que 93% dos usuários entrevistados declararam estar satisfeitos com os serviços prestados pelo PROCON.

: [VER GRÁFICO 18](#) [pp. 31]

PERCEPÇÃO SOBRE A JUSTIÇA CRIMINAL

Com o intuito de identificar como os entrevistados avaliam a Justiça Criminal, perguntamos qual a sua percepção sobre a atuação dos juízes e tribunais na área criminal, no que diz respeito à morosidade, à aplicação e severidade das penas, à imparcialidade e à sensação de impunidade.

Em termos gerais, a população percebe a Justiça Criminal como menos morosa do que o Judiciário em geral. Considerando-se a velocidade com que os casos são julgados, 53% dos entrevistados consideram o desempenho da Justiça criminal regular, 22% avaliam como bom o seu desempenho, e os outros 25% o consideram ruim.

Quando perguntamos aos entrevistados qual é a sua avaliação sobre a severidade das condenações, 75% responderam que as condenações proferidas pelos tribunais criminais não são severas o suficiente para punir os condenados. Apenas 5% consideraram que as condenações são muito severas e 19% entenderam que as condenações possuem um grau adequado de severidade.

Ressalte-se que a percepção acerca da severidade das *condenações* refere-se à resposta da Justiça Criminal quando já foi proferida decisão condenatória, ou

seja, trata-se da severidade da resposta ao crime, compreendida como sanção.

: [VER GRÁFICO 19 \[pp. 32\]](#)

Os entrevistados também foram questionados acerca da sensação de impunidade. A grande maioria dos entrevistados (83%) respondeu que há muita ou alguma impunidade na Justiça Criminal brasileira. Apenas 17% dos entrevistados avaliam que não há impunidade no país.

: [VER GRÁFICO 20 \[pp. 32\]](#)

A percepção da população sobre a impunidade deriva de uma ampla gama de fatores e não se pode ignorar que há certa dificuldade em distingui-los, uma vez que a impunidade pode ser entendida de diversas maneiras, como por exemplo: (i) a existência de “culpados” que foram absolvidos; (ii) os casos em que os réus estão aguardando o trânsito em julgado da sentença condenatória em liberdade; (iii) os casos em que os condenados cumpriram pena considerada insuficiente pela maioria da população; dentre outras.

Quando pedimos aos entrevistados para indicarem qual seria a principal causa da impunidade, as respostas mais citadas foram: leis e penas muito leves (39%) e corrupção na polícia (36%). A morosidade da Justiça ficou na terceira posição com 11%. Em quarto lugar, foi apontado como principal causa da impunidade o fato de os juízes absolverem muito (8%). Por último aparece a ineficiência da polícia, com 6%.

: [VER GRÁFICO 21 \[pp. 33\]](#)

Na medida em que as principais causas da impunidade, segundo a percepção dos entrevistados, dizem respeito à *inefetividade da legislação criminal*; à *corrupção e ineficiência da polícia*, à *morosidade* e à *leniência do Judiciário*, constata-se que prevalece a percepção de que a impunidade é resultado tanto de falhas na legislação penal, quanto de problemas nas instituições policiais e judiciais.

No terceiro trimestre de 2011, avaliamos também a percepção quanto ao tratamento dado às pessoas pelo sistema de Justiça Criminal. Para tanto, questionamos os entrevistados sobre o quanto eles concordavam com a afirmação de que “se uma pessoa pobre e uma rica cometerem o mesmo crime, a rica terá uma pena mais leve que a pobre”. Com essa questão, procuramos identificar se os entrevistados consideram que a Justiça Criminal trata as pessoas de forma isonômica,

independentemente do seu status socioeconômico. Para 58% dos entrevistados os mais ricos são beneficiados pela Justiça Criminal, enquanto os mais pobres seriam prejudicados por esse sistema judicial. Tal percepção é ainda mais acentuada entre a população de renda mais baixa.

: **VER GRÁFICO 22** [pp. 33]

Perguntamos ainda o quanto os entrevistados concordam com a afirmação de que “a existência de penas alternativas faz com que aumente a impunidade no Brasil”. Para 66% dos respondentes a existência de penas alternativas é um fator que contribui para o aumento da impunidade.

Essas respostas indicam que a impunidade pode ser percebida mesmo em casos em que há condenação, aplicação e execução de pena. Nesse caso, a impunidade não é revelada na persecução criminal, mas sim nas leis que permitem, em determinados casos, a substituição da pena de prisão por penas alternativas, conforme previsto no art. 44 do Código Penal.

: **VER GRÁFICO 23** [pp. 34]

Além disso, perguntamos aos entrevistados o quanto concordavam com a afirmação de que a possibilidade de conciliação entre réu e vítima faz com que aumente a impunidade no Brasil. 59% deles concordaram com a afirmação, indicando que pode haver uma relação de causalidade entre a possibilidade de realizar conciliação e impunidade. As pessoas com maior grau de escolaridade e renda tendem a discordar dessa relação de causalidade, uma vez que não consideram a conciliação na esfera criminal como elemento capaz de gerar mais impunidade no país.

É importante notar que, assim como no caso das penas alternativas, a impunidade está relacionada à resposta expressamente prevista em lei (Lei Federal nº. 9.099/95) e não à falta de aplicação da pena ou de leniência do Judiciário na interpretação da lei.

: **VER GRÁFICO 24** [pp. 34]

VITIMIZAÇÃO

No terceiro trimestre de 2011, procuramos avaliar a experiência de vitimização da população brasileira e o seu comportamento no sentido de procurar ou não a polícia para reportar o caso.

Foram apresentadas aos entrevistados sete diferentes situações com o intuito de saber se eles ou alguém do seu domicílio haviam passado por alguma delas nos últimos doze meses. As respostas revelaram que o tipo de ocorrência mais comum, relatada por 10% dos entrevistados, foi a de roubo (sem uso de arma). Em seguida, apareceu o assalto a mão armada, com 9% dos entrevistados declarando que esta situação foi vivenciada por ele ou por alguém residente no domicílio. E em terceiro lugar está o crime de preconceito por raça, religião, opção sexual ou nacionalidade, situação vivenciada por 6% dos entrevistados. De acordo com os dados da pesquisa, o crime de seqüestro foi o menos freqüente, uma vez que apenas 1% dos entrevistados afirmaram que foram vítimas desse tipo de crime.

: **VER GRÁFICO 25** [pp. 35]

Quando avaliados sobre o seu comportamento perante a polícia, os dados mostram que a população recorre mais à polícia em casos de seqüestro (visto que 91% dos vitimados buscaram a instituição). Em segundo lugar estão as vítimas do crime de roubo de veículo (89% dos entrevistados buscaram a polícia nesse caso), que vão à polícia fazer um boletim de ocorrência motivadas, muitas vezes, por exigência do seguro. Por outro lado, o crime menos relatado à polícia é o de preconceito, uma vez que apenas 17% daqueles que se consideraram vítimas desse crime buscou a polícia. Embora o crime de preconceito seja o terceiro na lista dos mais freqüentes, é o que menos leva as pessoas a buscar o apoio das instituições do sistema de Justiça.

: **VER GRÁFICO 26** [pp. 35]

De maneira geral, com exceção dos crimes de seqüestro e roubo de carro, a média de pessoas vítimas de crimes que reporta o seu caso à polícia chega a 60%. Ou seja, na pesquisa *ICJBrasil*, 26% da população relatou ter sido vítima de algum crime no último ano (pessoalmente ou alguém do domicílio). E dos que foram vitimados, 60% recorreram à polícia. Vale destacar que as pessoas que mais procuram a polícia são as de maior renda e com maior grau de escolaridade.

Os entrevistados que afirmaram não terem ido à polícia foram questionados sobre as razões que os levaram a tomar essa atitude. Entre as razões apontadas por eles está a sensação de que não era importante reportar o seu caso à polícia (30%), o que demonstra uma desvalorização de um dos principais papéis da instituição,

qual seja, o de registrar as ocorrências de infrações e dar início à investigação criminal, a partir da abertura do inquérito policial.

Outros 16% declararam que não foram à polícia por não confiar nela, e 2% afirmaram que demoraria muito para ser atendido na delegacia. Somando-se esses três grupos de respondentes, temos que 48% dos entrevistados que não busca a polícia quando é vítima de algum crime não o faz por descrença na instituição.

: **VER GRÁFICO 27** [pp. 36]

GRÁFICO 01:

[\[voltar ao texto\]](#)

ICJBRASIL, ESTADOS

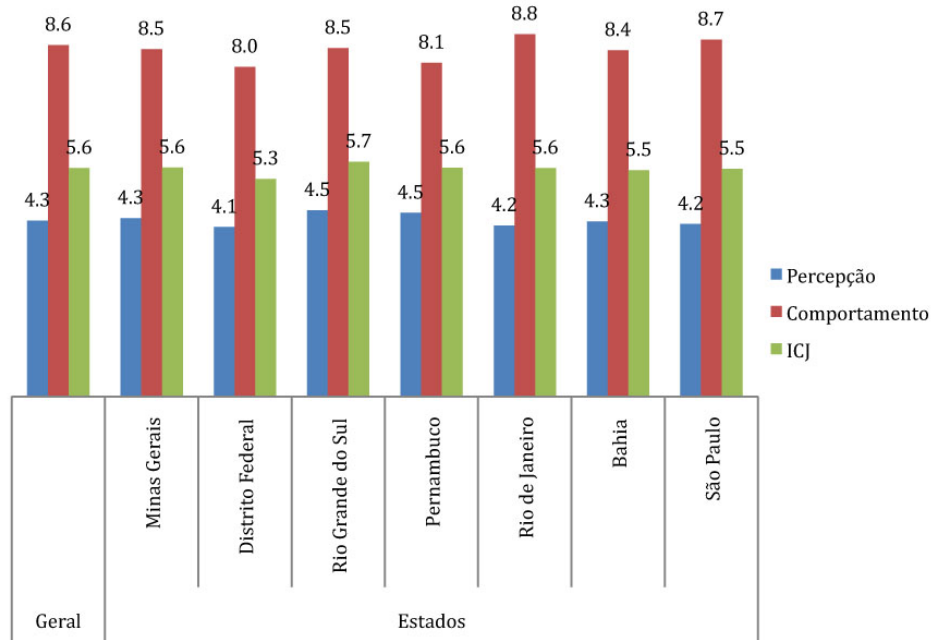


GRÁFICO 02:

[\[voltar ao texto\]](#)

ICJBRASIL, IDADE

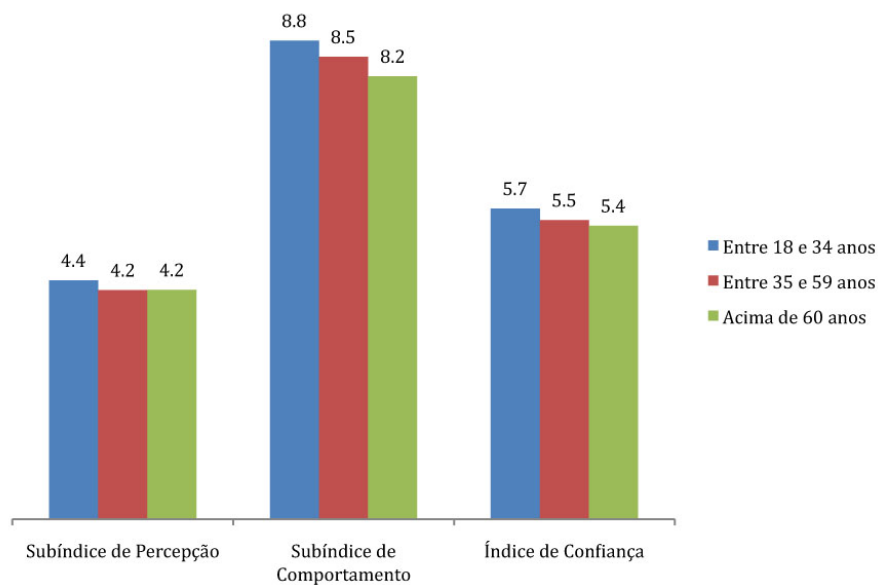


GRÁFICO 03:
ICJBRASIL, RENDA

[\[voltar ao texto\]](#)

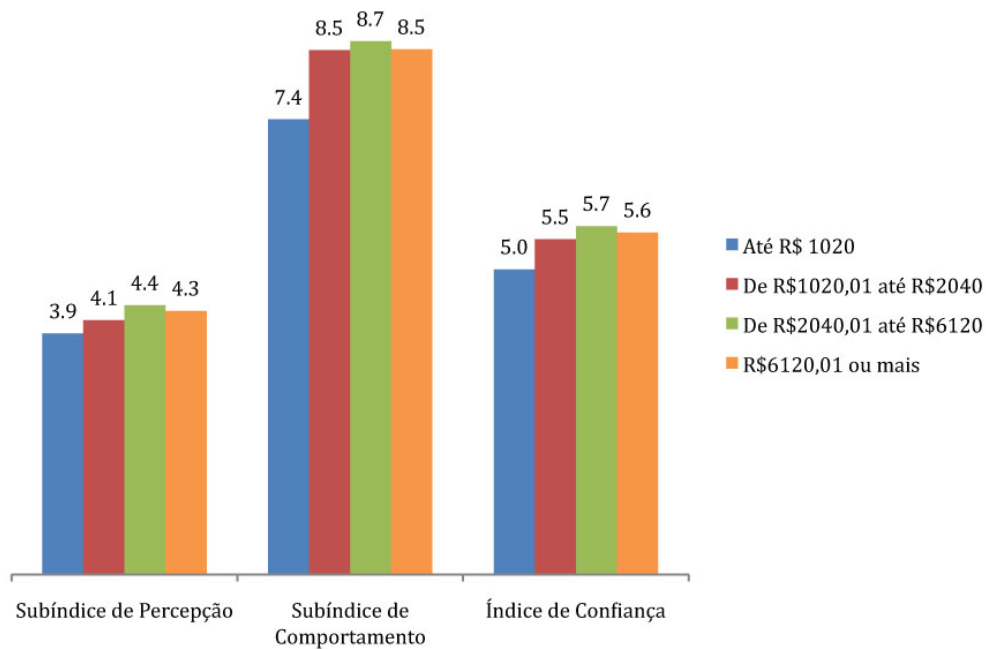


GRÁFICO 04:
ICJBRASIL, ESCOLARIDADE

[\[voltar ao texto\]](#)

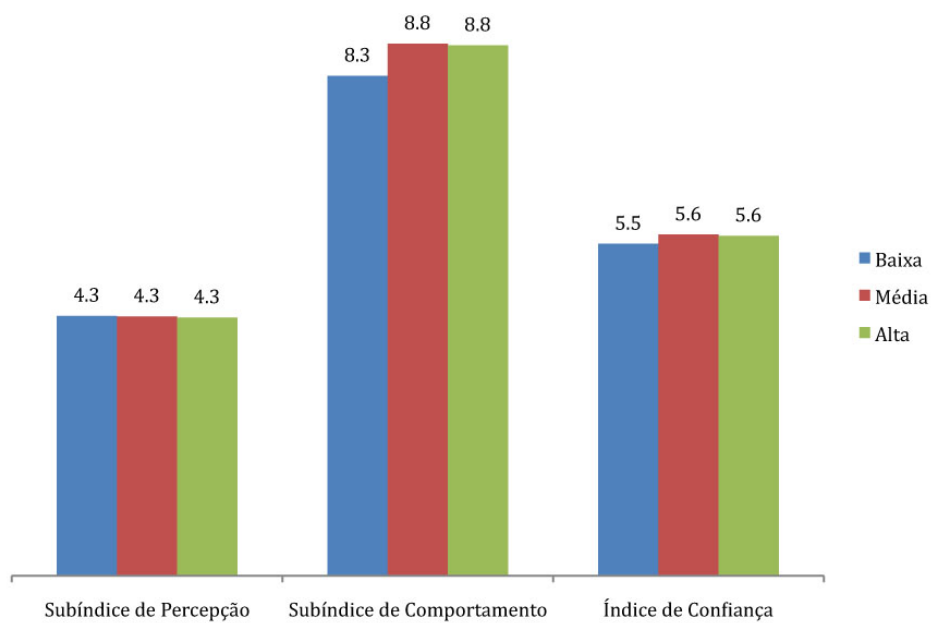


GRÁFICO 05:

[\[voltar ao texto\]](#)

ICJBASIL, PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO JUDICIAL

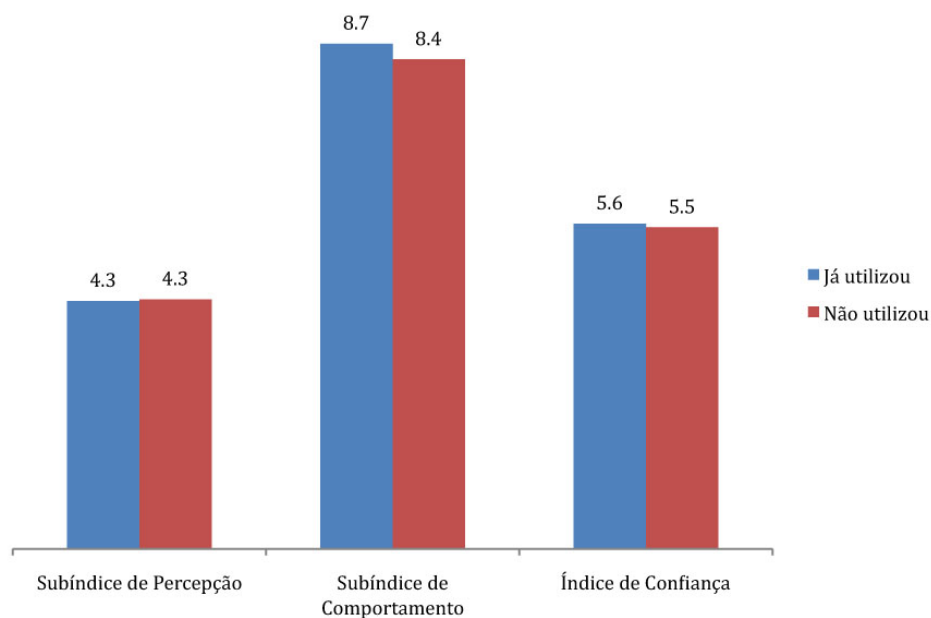


GRÁFICO 06:

[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS QUE DECLARAM QUE BUSCARIAM O JUDICIÁRIO PARA SOLUCIONAR SEUS CONFLITOS

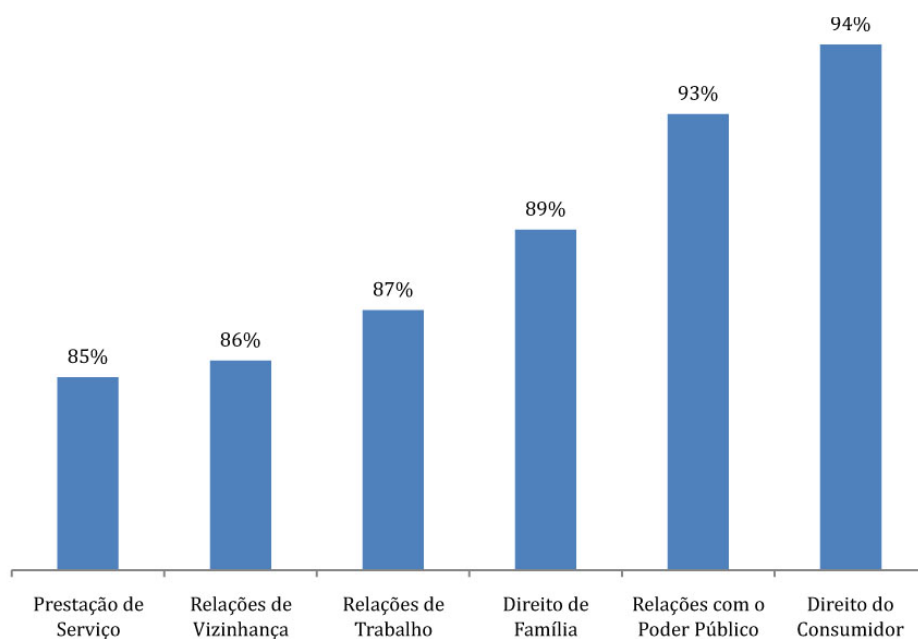


GRÁFICO 07:

[\[voltar ao texto\]](#)

CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES^[5]

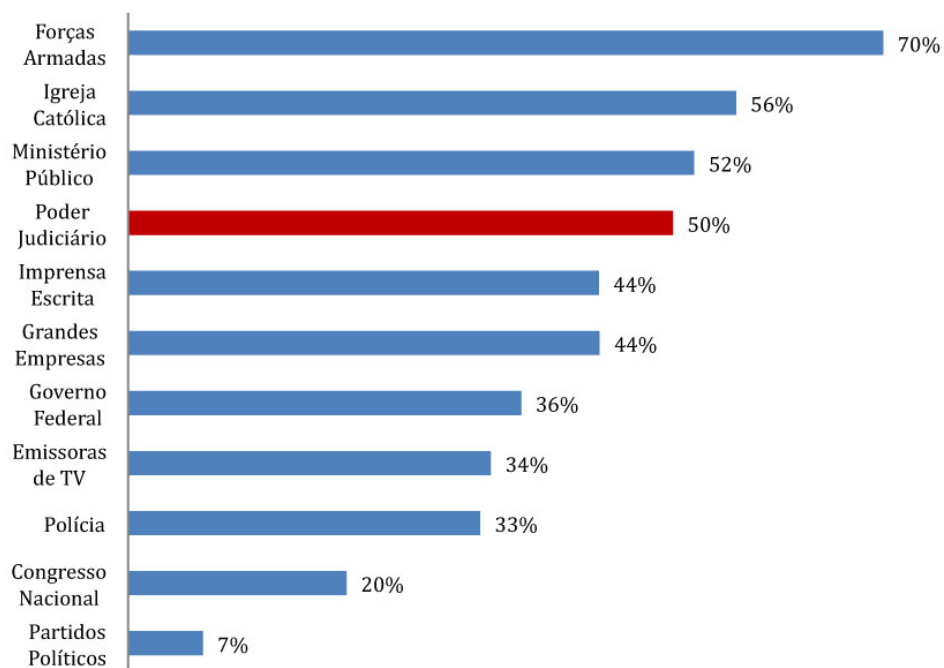


GRÁFICO 08:

[\[voltar ao texto\]](#)

CONFIANÇA INTERPESSOAL

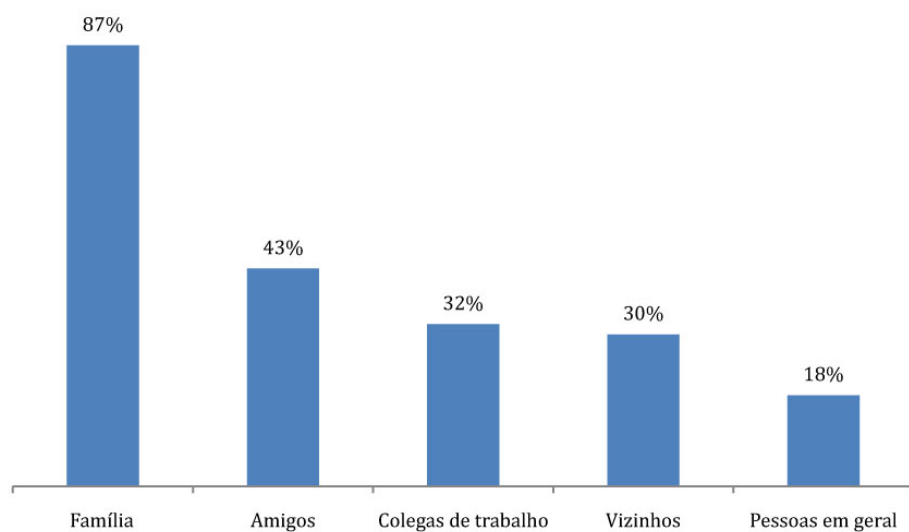
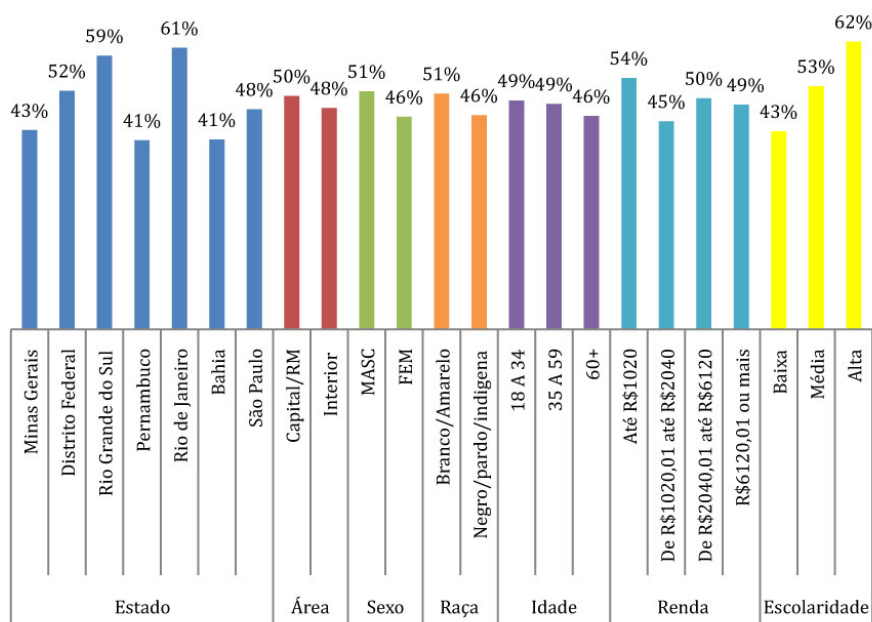


GRÁFICO 09:[\[voltar ao texto\]](#)

PERFIL DOS ENTREVISTADOS QUE DECLARAM JÁ TER ENTRADO COM ALGUM PROCESSO OU AÇÃO NA JUSTIÇA (PESSOALMENTE OU ALGUÉM RESIDENTE EM SEU DOMICÍLIO)

**GRÁFICO 10:**[\[voltar ao texto\]](#)

MOTIVOS PARA TER UTILIZADO O PODER JUDICIÁRIO

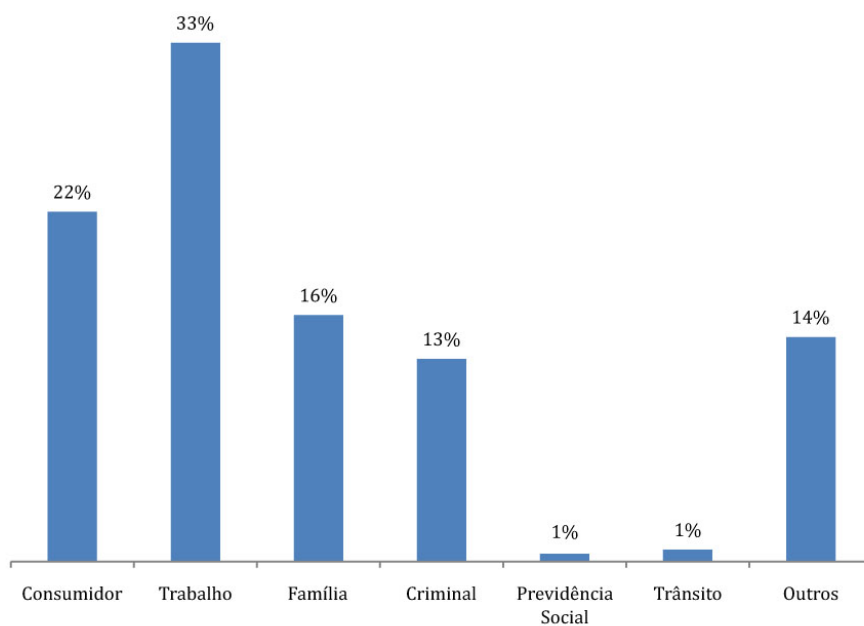


GRÁFICO 11:

[\[voltar ao texto\]](#)

RESULTADO DO CASO LEVADO AO PODER JUDICIÁRIO

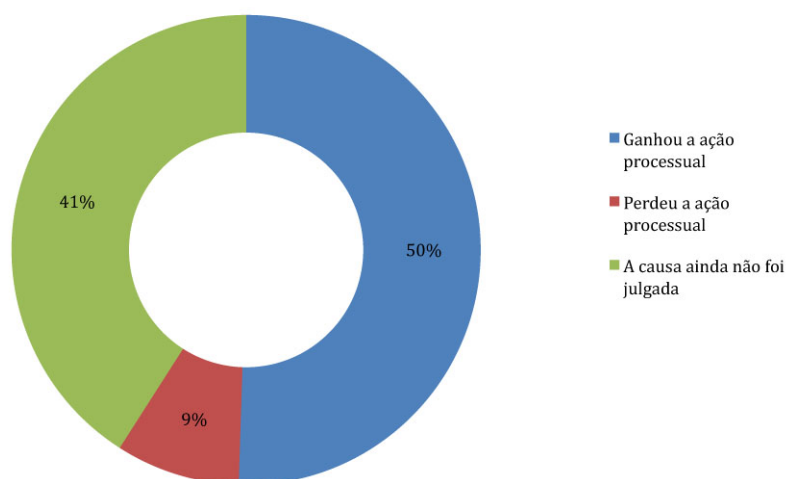


GRÁFICO 12:

[\[voltar ao texto\]](#)

PERFIL DOS ENTREVISTADOS QUE JÁ CONSULTOU UM ADVOGADO (PESSOALMENTE OU ALGUÉM RESIDENTE EM SEU DOMICÍLIO)

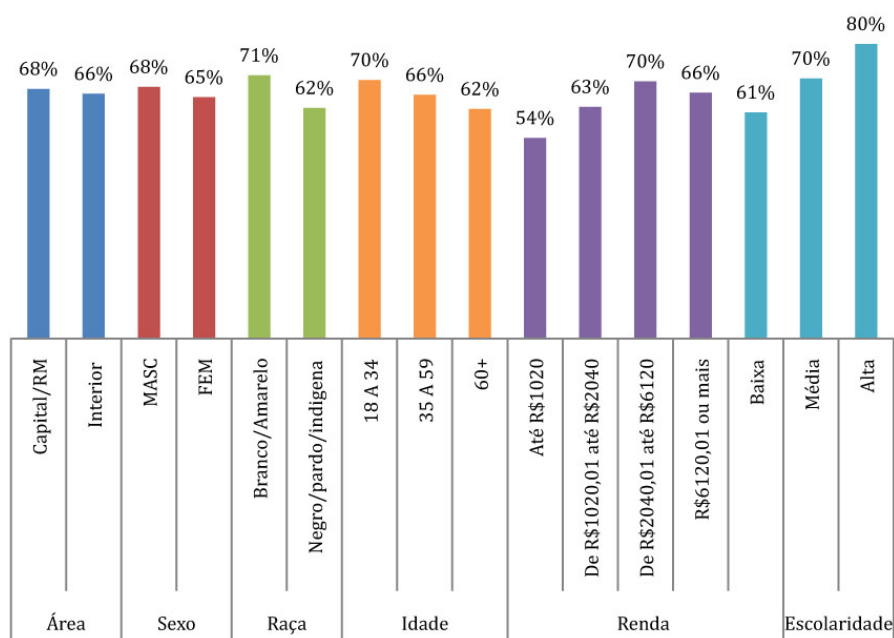
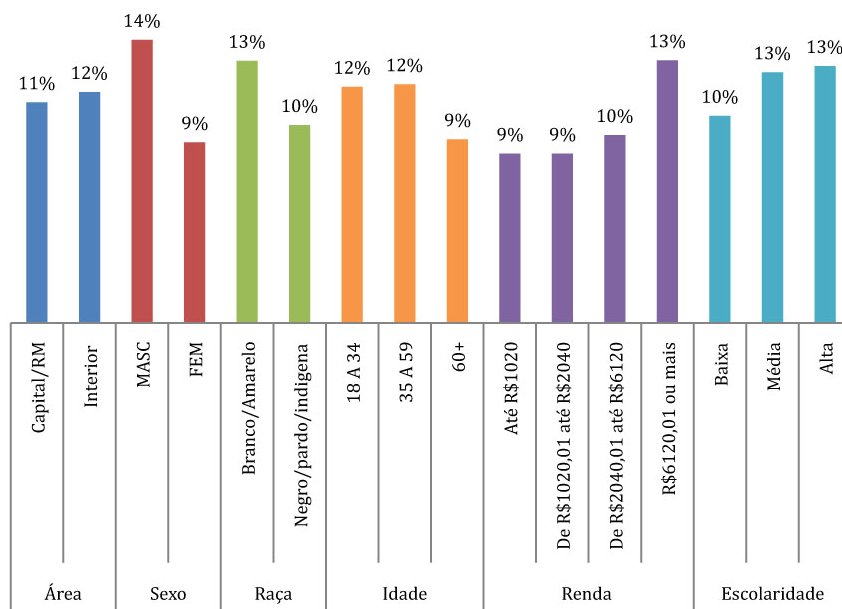


GRÁFICO 13:[\[voltar ao texto\]](#)

PERFIL DE ENTREVISTADOS QUE DECLAROU JÁ TER SIDO DEMANDADO EM PROCESSO OU AÇÃO JUDICIAL (PESSOALMENTE OU ALGUÉM RESIDENTE EM SEU DOMICÍLIO)

**GRÁFICO 14:**[\[voltar ao texto\]](#)

PERFIL DOS ENTREVISTADOS QUE PROCURARAM O JUDICIÁRIO EM CONFLITOS ENVOLVENDO DIREITO DO TRABALHO, CONSUMIDOR E ACIDENTE DE TRÂNSITO.

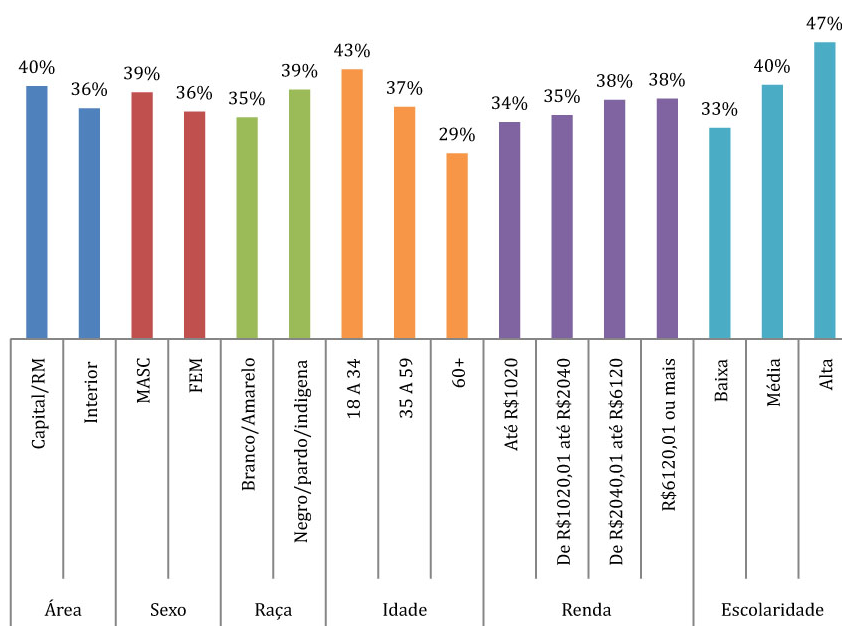


GRÁFICO 15:

[\[voltar ao texto\]](#)

MOTIVAÇÃO DOS QUE NÃO PROCURARAM O JUDICIÁRIO EM CONFLITOS ENVOLVENDO DIREITO DO TRABALHO, CONSUMIDOR E ACIDENTE DE TRÂNSITO

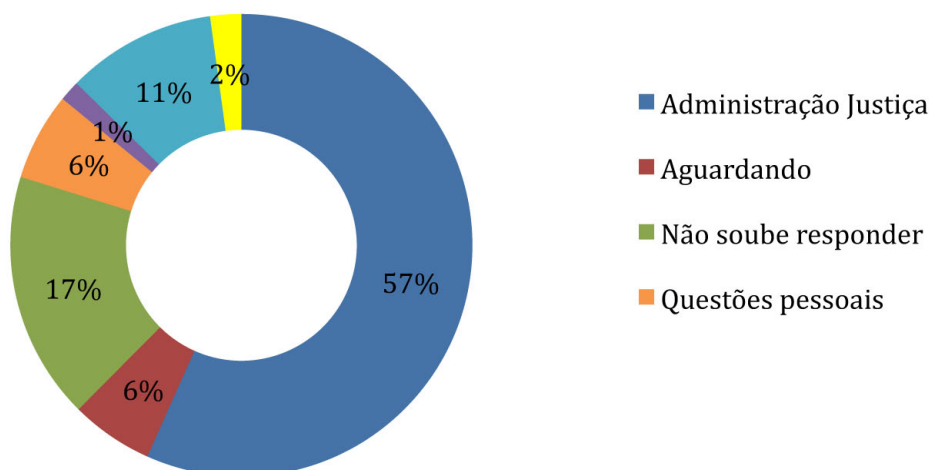


GRÁFICO 16:

[\[voltar ao texto\]](#)

PERFIL DE ENTREVISTADOS QUE DECLARAM QUE ACEITARIAM UTILIZAR MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

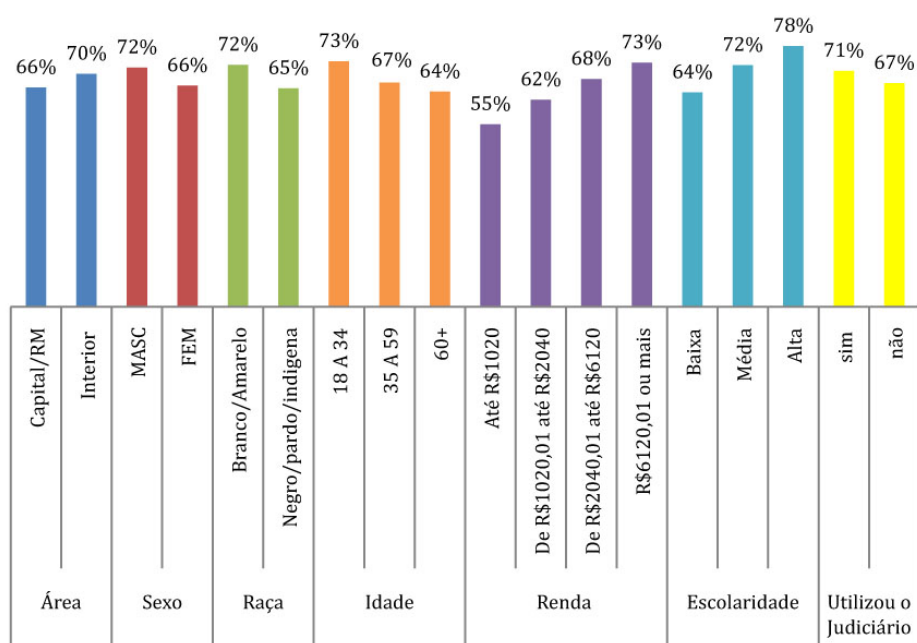


GRÁFICO 17:

[\[voltar ao texto\]](#)

PERFIL DE ENTREVISTADOS QUE JÁ UTILIZARAM OS SERVIÇOS DO PROCON

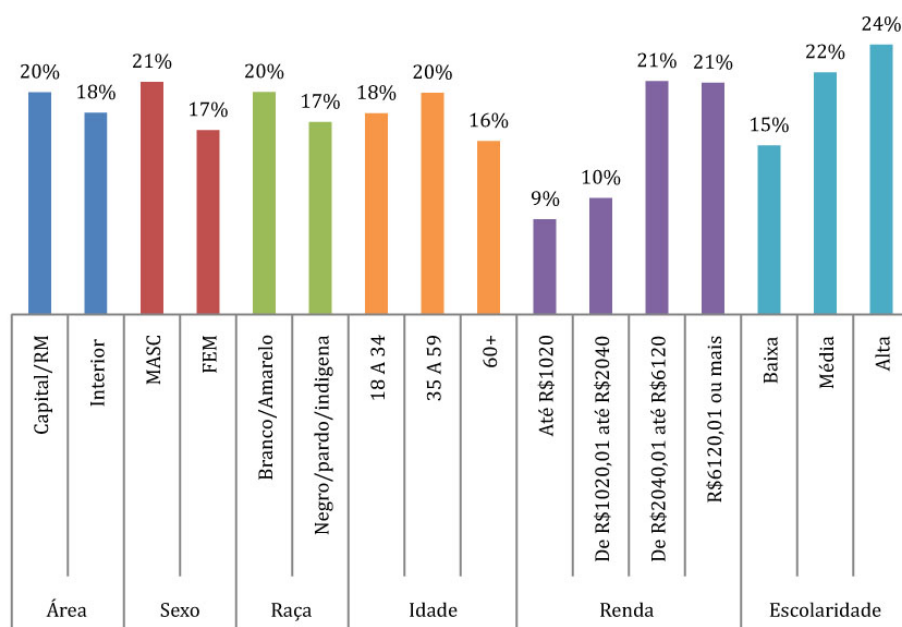


GRÁFICO 18:

[\[voltar ao texto\]](#)

GRAU DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO PRESTADO PELO PROCON

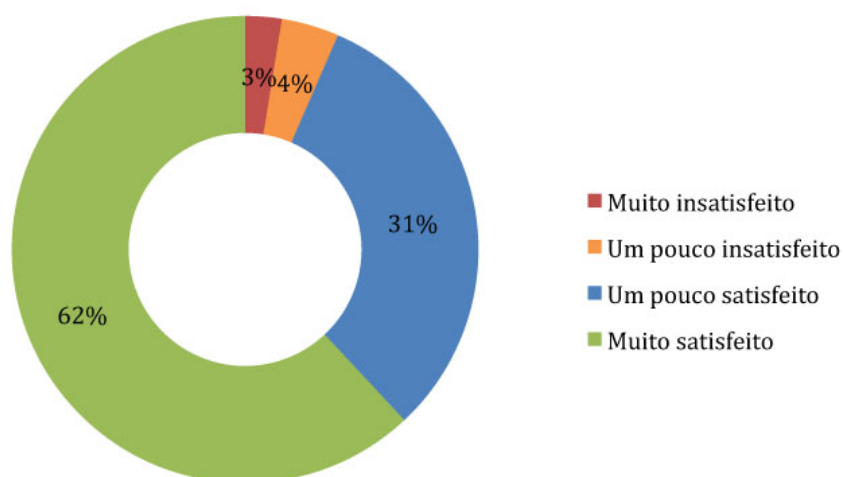


GRÁFICO 19:

[\[voltar ao texto\]](#)

AVALIAÇÃO DO GRAU DE SEVERIDADE DAS PENAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS QUE JULGAM CASOS CRIMINAIS

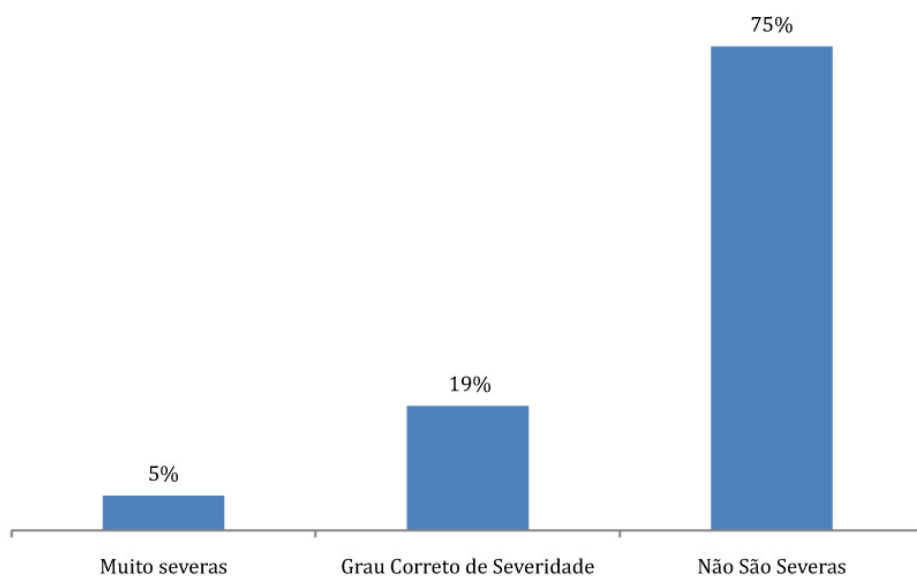


GRÁFICO 20:

[\[voltar ao texto\]](#)

AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPUNIDADE PENSANDO NA JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL

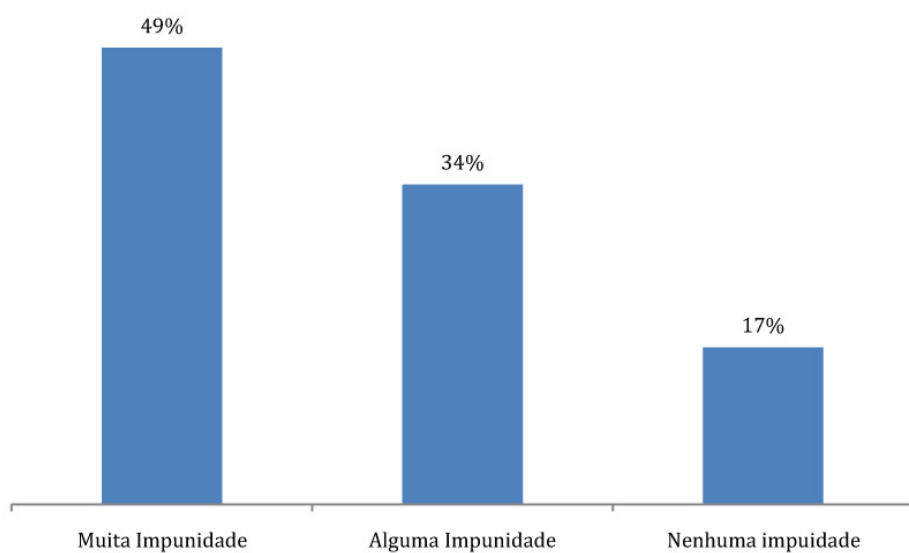
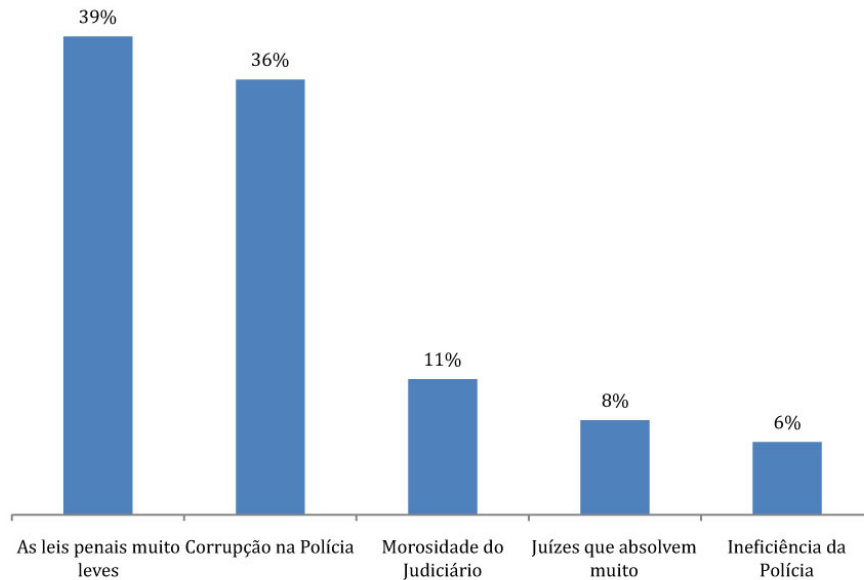


GRÁFICO 21:[\[voltar ao texto\]](#)

PRINCIPAIS CAUSAS DE IMPUNIDADE APONTADAS PELOS ENTREVISTADOS

**GRÁFICO 22:**[\[voltar ao texto\]](#)

GRAU DE CONCORDÂNCIA DOS ENTREVISTADOS COM A AFIRMAÇÃO "SE UMA PESSOA POBRE E UMA RICA COMETEREM O MESMO CRIME, A RICA TERÁ UMA PENA MAIS LEVE QUE A POBRE", DE ACORDO COM RENDA E ESCOLARIDADE

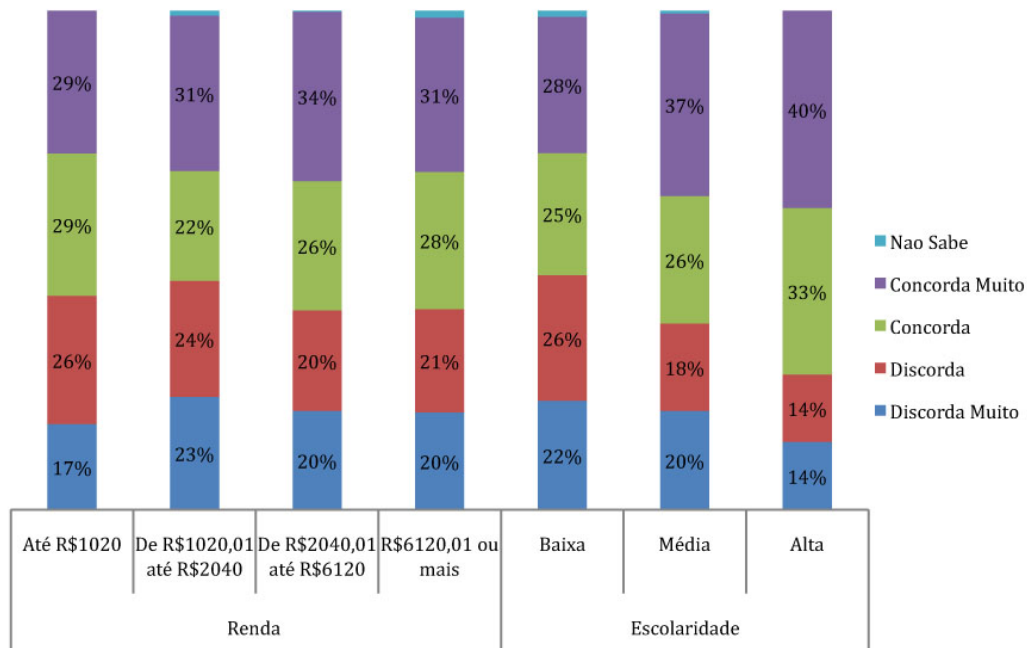
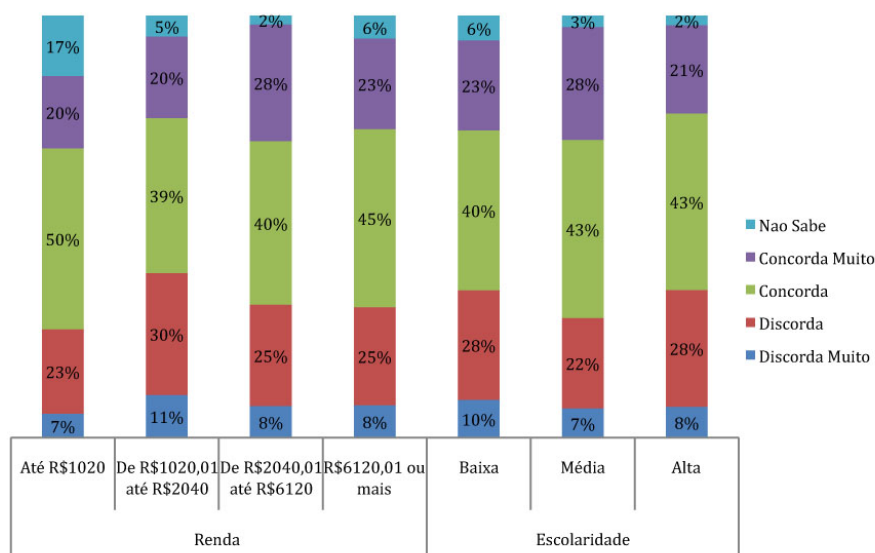


GRÁFICO 23:[\[voltar ao texto\]](#)

GRAU DE CONCORDÂNCIA DOS ENTREVISTADOS COM A AFIRMAÇÃO "A EXISTÊNCIA DE PENAS ALTERNATIVAS FAZ COM QUE AUMENTE A IMPUNIDADE NO BRASIL", DE ACORDO COM RENDA E ESCOLARIDADE

**GRÁFICO 24:**[\[voltar ao texto\]](#)

GRAU DE CONCORDÂNCIA DOS ENTREVISTADOS COM A AFIRMAÇÃO "A POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO ENTRE RÉU E VÍTIMA, AO INVÉS DA PENA, FAZ COM QUE AUMENTE A IMPUNIDADE NO BRASIL", DE ACORDO COM RENDA E ESCOLARIDADE

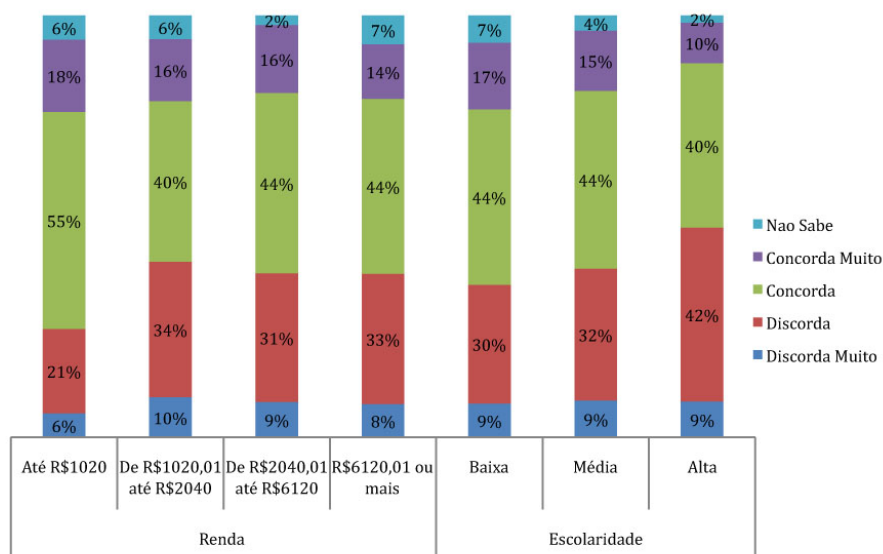
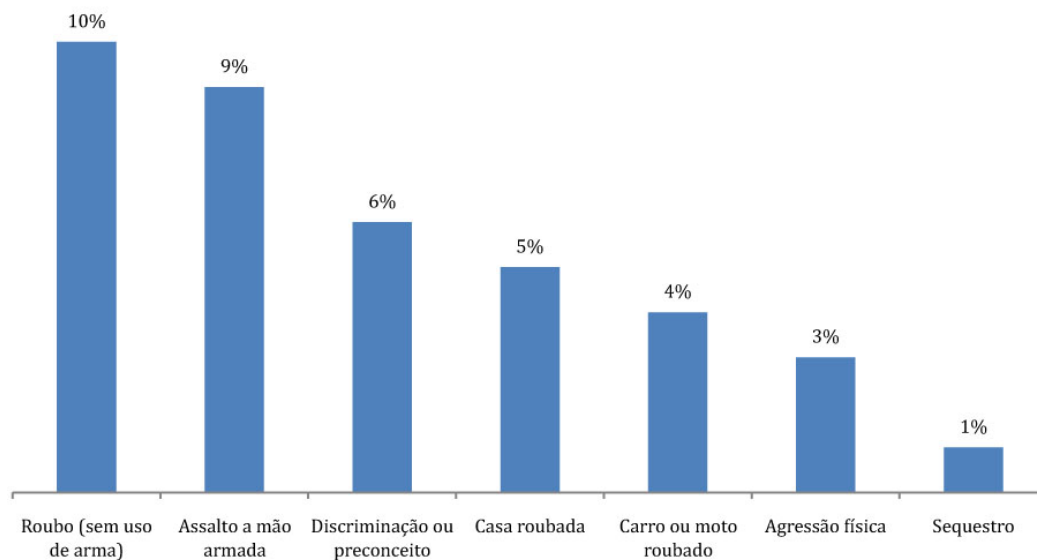


GRÁFICO 25:[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE DECLAROU TER VIVENCIADO CADA UMA DAS SITUAÇÕES, NOS ÚLTIMOS 12 MESES

**GRÁFICO 26:**[\[voltar ao texto\]](#)

PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS QUE DECLAROU TER VIVENCIADO SITUAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES QUE PROCUROU A POLÍCIA

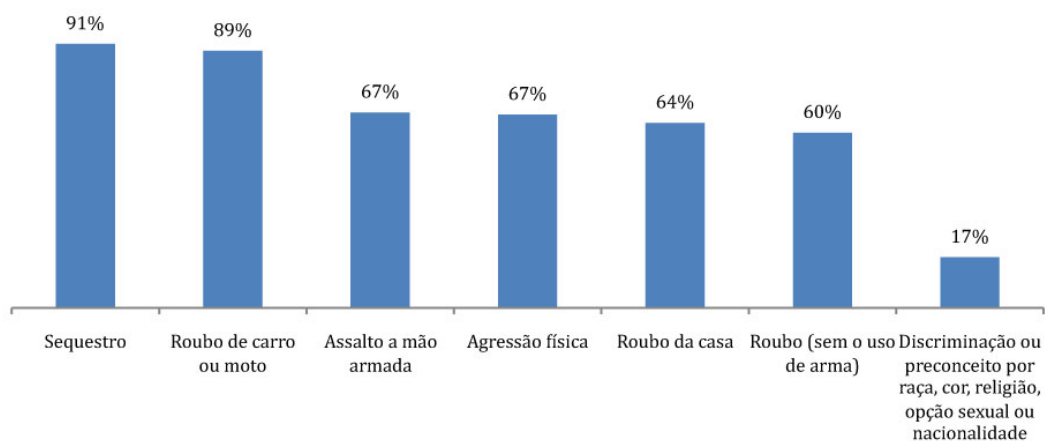


GRÁFICO 27:

[\[voltar ao texto\]](#)

MOTIVOS QUE LEVARAM OS ENTREVISTADOS A NÃO PROCURAR A POLÍCIA APÓS TEREM SIDO VÍTIMAS DE UM CRIME



NOTAS

[\[clique na nota para voltar ao texto\]](#)

[1] Emenda Constitucional nº 45, publicada em 31 de dezembro de 2004.

[2] *Justiça em Números*, disponível em <http://www.cnj.jus.br/>.

[3] Essas situações tratam de questões envolvendo direito do trabalho, direito do consumidor e acidente de trânsito.

[4] Conforme Quadro 1, constante da p. 07 deste Relatório.

[5] Percentual de entrevistados que disseram confiar ou confiar muito nas instituições.

EQUIPE

Luciana Gross Cunha

Coordenadora do *ICJBrasil*, DIREITO GV

Rodrigo De Losso Silveira Bueno

FEA/USP

Fabiana Luci de Oliveira

DIREITO RIO/FGV

Luciana de Oliveira Ramos

DIREITO GV

João Marcos Bastos Vilar Garcia

FEA/USP

Yuri Campos Klink

DIREITO GV



ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

RUA ROCHA, 233
SÃO PAULO SP BRASIL
TEL (11) 3799.2233
(11) 3799.2231

WWW.FGV.BR/DIREITOGV